

8. Por bem comum entendemos um valor predominantemente ético: o clima espiritual que permite e estimula a boa, reta e feliz vida humana dos membros da comunidade. As riquezas materiais, componentes imprescindíveis do bem comum, são por natureza inferiores, inábeis por si sós, ainda que muito abundantes e bem distribuídas, a tornar justa e boa a sociedade e o Estado.

9. Sem querer minimizar as ciências de observação, reconhecemos uma hierarquia no saber, de modo que precedam, em nobreza e importância, as ciências do espírito sobre as da matéria.

10. Por *Cultura Humanística* entendemos o esforço inteligente e constante de assimilar conhecimentos relativos ao homem como pessoa, aprofundá-los e estendê-los, com vistas ao aperfeiçoamento próprio e alheio e, conseqüentemente, ao progresso da civilização.

[Texto de autoria de Glástone Chaves de Melo,
Presidente do Centro, fundado a 20/3/1968, como
consta do registro em cartório do Estatuto da entidade.]

CONSIDERAÇÕES SOBRE DEMOCRACIA.

(1986)

[.....]

A VERDADEIRA DEMOCRACIA

Se a liberal democracia é inaceitável, aceitável e digna de louvor é uma verdadeira democracia, não necessariamente como regime, nem talvez, inteiramente, como sistema, mas como ideal, sempre buscado e talvez jamais plenamente atingível neste vale de lágrimas.

Desde logo, a democracia é difícil e só se ajustaria a povos que já tivessem alcançado certo grau de verdadeira civilização. Ela exige clara noção de bem comum, clara noção de que ele tem de ser uma conquista de todos, paradoxalmente mantida e recomeçada cada dia.

Exige virtude nos cidadãos, exige que eles acreditem na verdade e no bem objetivos. Que se disponham a sobrepor ao egoísmo e ao espírito de campanário a amizade cívica. Que mereçam a liberdade, *com responsabilidade*. Que saibam respeitar religiosamente em cada semelhante a eminente dignidade da pessoa humana. Que coíbam a paixão do mando, fazendo crescer em si o desejo, a alegria e a glória de *servir*.

Tal democracia ainda não se implantou. Mas é desejável, sumamente desejável, precariamente realizável e, repito, deve ser buscada dia por dia. Com eterna vigilância.

Pensando nisto, com certeza, é que o filósofo vitalista e judeu, reto e inteligentíssimo, Henri Bérghson, disse, no último dos seus livros, *Les Deux Sources de la Morale et de la Religion*: “A democracia é de essência evangélica”.

Como que a glosar esta ousada, e verdadeira, asserção, Jacques Maritain disse as seguintes e magníficas palavras, que transcrevo na íntegra, para acabar bem esta primeira parte:

O Cristianismo anunciou aos povos o reino de Deus e a vida do século futuro, ensinou-lhes a unidade do gênero humano, a igualdade de natureza de todos os homens, filhos do mesmo Deus e resgatados pelo mesmo Cristo; a inalienável dignidade de cada alma criada à imagem de Deus; a dignidade do trabalho e a dignidade dos pobres; a primazia dos valores internos e da boa vontade sobre os valores externos; a inviolabilidade das consciências, a exata vigilância da justiça e da providência de Deus sobre grandes e pequenos; a obrigação imposta aos que comandam e aos que detêm o chamado poder econômico de comandar segundo a justiça, como ministros de Deus, e de gerir os bens que lhes são confiados para a vantagem comum, como intendentos de Deus; a submissão de todos à lei do trabalho e o apelo a todos para partilharem da liberdade dos filhos de Deus; a santidade da Verdade e o poder do Espírito, a Comunhão dos Santos, a divina supremacia do amor redentor e da misericórdia, e a lei do amor fraterno, que a todos se estende, até aos inimigos, porque todos os homens, qualquer que seja o grupo social, a raça, a nação, a classe a que pertençam, são membros da família de Deus e irmãos adotivos do Filho de Deus. O Cristianismo proclamou que onde estão o Amor e a Caridade aí está Deus; e que de nós depende transformar qualquer homem em nosso próximo, amando-o como a nós mesmos e tendo compaixão dele, isto é, morrendo de certo modo a nós mesmos por ele. Cristo amaldiçoou os ricos e os fariseus, prometeu aos pobres e aos que sofrem perseguição por amor da justiça que a eles pertence o reino do céu; aos mansos que eles possuirão a terra; aos que choram que eles serão consolados; aos que têm fome e sede de justiça que eles serão saciados; aos misericordiosos que com eles haverá misericórdia; aos de coração puro que eles verão a Deus; aos pacíficos que serão chamados filhos de Deus. Declarou que tudo que é feito ao menor de Seus irmãos é feito a Ele próprio; deu a seus discípulos o mandamento novo de se amarem uns aos outros como Ele próprio os amou. (*Cristianismo e Democracia*, p. 53-55 [alterei levemente a tradução, com vistas a maior vernaculidade].)

Aí, nesse trecho de *Cristianismo e Democracia* está uma síntese, particularmente feliz, da mensagem cristã que é, em si, estritamente *sobrenatural*. Porém essas verdades, assimiladas e vividas, ao longo do séculos

foram refletindo-se na ordem temporal, na “consciência profana”, como diz o autor, e têm servido e servem e sempre servirão de campo altamente propício à fecundação e ao desabrochar da verdadeira democracia.

[.....]

A JUSTIÇA SOCIAL

Mais alta ainda que a Justiça Distributiva é a *Justiça Social*, como hoje quase sempre se diz. Santo Tomás chamava-lhe “Justiça Legal”, enquanto outros autores, de inspiração tomista, costumam dizer “Geral”.

O Doutor Angélico prefere “Legal”, porque esta justiça procede imediatamente da lei, que, para ele, é coisa muito séria e até venerável, é *rationis ordinatio ad bonum commune* (*Summam* I^a, II^{ae}, q. 90, art. 1) – “ordenação racional ao bem comum”. Depois do jusnaturalismo e, principalmente, de Montesquieu e de Rousseau, a lei perdeu a intrínseca nobreza e passou a ser resultado da “vontade” do soberano ou da “vontade” da eventual e ocasional maioria parlamentar, não raro agressora do Direito e da Lei Natural. Por isso, agora já não tem sentido a expressão “Justiça Legal”. Ou melhor, não diz nada, porque “legal” é o que decorre da lei; e tudo pode ser lei, até, como disse atrás, o homicídio frio e covarde chamado *aborto*, lei já em diversos países “adiantados” (e não tardará em sê-lo no Brasil, que nestas coisas não pode ficar “atrasado”).

Esta Justiça maior, ordena ao bem público *todos* os atos de *todos* os membros da sociedade. Ela desempenha, ou deve desempenhar, na ordem natural o mesmo papel da Caridade na ordem sobrenatural, virtude que, segundo a *sã* Teologia, é a *forma*, a vitalizadora das outras. Virtude geral, portanto, inspiradora, iluminadora.

Na vida social organizada, a pauta, o ponto de referência de toda a atividade dos membros tem de ser a Justiça. Santo Tomás expende, a propósito, um riquíssimo e fecundíssimo conceito, que, inclusive, responde à inquieta indagação de muitos espíritos generosos.

Por quê, perguntam, gemendo, por quê, num grupo social, há pessoas mais inteligentes, mais habilidosas, mais jeitosas, mais cultas, mais sábias, mais inventivas, mais eficientes, mais criativas, mais isto, mais aquilo? Responde o Santo Doutor: “toda superioridade é para o bem comum”. Logo, traz um encargo, um ônus, uma obrigação, exige compromisso interior.

Um indivíduo que honestamente se descubra superior neste ou naquele ponto - longe de se envaidecer, longe de se vangloriar, deve temer e tremer.

Deve compreender, *vitalmente*, que tem de pôr essa superioridade a serviço dos consócios, dos outros membros da sociedade. Não a pode guardar para si; não pode sentir-se enfatuadamente melhor; antes, há de sentir-se onerado. Aquilo que São Paulo Apóstolo diz dos carismas (*Rom. 12, 5-8*) aplica-se em cheio na vida social, família, cidade, nação.

Deus fez Bach ou Mozart grandes músicos para que eles, compondo obras imortais de beleza rítmica, convidassem os homens do seu tempo e do futuro a elevar-se acima do cotidiano banal, da disputa mesquinha do lugar na praça, da cansada luta pelo pão-nosso-de-cada-dia; a lembrar-se da sua vocação transcendente. E não só, mas também para que esses gênios oferecessem um compensatório contra-ponto ao desolador espetáculo da degradação humana, tanta vez conscientemente buscada!

META CONSTANTE E UNIFICADORA

A democracia, bem entendida, impõe-nos escrever e inscrever todos os nossos atos na pauta do bem comum. Em clave de sol, de fá ou de dó, não importa, mas, inscrevê-los. Imperativo da justiça social!

Mais: esta virtude alta e enformadora obriga os governantes do executivo, do legislativo e do judiciário a, efetivamente, atender ao que hoje se chama, em péssima tradução do inglês, “direitos humanos”. Em melhor linguagem e, ainda assim, eufêmica: os “direitos fundamentais do homem”. Os que figuram na natimorta Carta da ONU. Os direitos do *homem* como tal, do homem como membro de uma sociedade civilizada. Direito à vida, ao trabalho, ao salário condigno, à livre escolha do cônjuge, à geração e à educação dos filhos, a realizar a própria vocação, sem entraves de ordem econômica, político-partidária, racial, étnica ou religiosa.

Obriga primordialmente aos governantes, mas não isenta ninguém. Porque a criação, a sustentação e o aprimoramento do “clima” de bem comum é tarefa de todos. De teor positivo e de teor negativo, pela vigilância, pela denúncia, pelo protesto ordeiro.

Sem Justiça inteira não há democracia plena. Haverá nobilitantes ou viciadas tentativas. Haverá contrafações, o que, em certo sentido, é pior.

O anseio pela Justiça Social é tão antigo como o homem, porém se tornou mais agudo e urgente do século passado para cá, em virtude disto que já se chamou, e bem, “progresso da consciência moral”. Intensificaram-se os apelos, acutizaram-se as reivindicações, levantaram-se excelentes vozes em defesa dos injustiçados, e esse concerto de esforços produziu consoladores efeitos. Basta comparar a situação dos operários das fábricas inglesas no

primeiro quartel do dezenove com a de hoje. Nem tanto: confronte-se a vida do trabalhador manual alemão de 1886 e a de 1986. Um abismo de diferença!

Claríssimo que em muitos países, mormente do chamado “terceiro mundo”, a situação ainda é terrível. Mas, ainda assim, aqui no Brasil, por exemplo, já melhorou. Ou despiorou... Não me é necessário fazer cotejos por demais conhecidos.

Há ainda um longo e áspero caminho que percorrer. Caminho cercado de precipícios. A longevidade desnutrição, a fome urgente, o sistemático trabalho dos demagogos, pescadores de águas turvas, e dos profetas do paraíso no fim. Sem falar dos ingênuos que acreditam no idealismo moral dos marxistas, e dos que, mais grave, pensam que o marxismo se interessa pela sorte dos “proletários”, quando ele, na verdade, é apenas o esplendor do maquiavelismo. Sedenta busca do poder, feroz manutenção do posto conseguido, deleitosa usufruição.

A quem tivesse dúvidas a respeito, eu aconselharia a leitura, ou releitura, de *A Nova Classe*, de Milovan Djilas, e pediria olhos para a perpetuidade dos governantes comunistas, que só mortos caem do poleiro. Nikita Krushev é a clássica exceção confirmadora da regra...

Os democratas lúcidos e sinceros têm de desfraldar a bandeira da Justiça Social, empunhada um dia por esse grande precursor e pioneiro que foi Frederico Ozanam, primeiro reformista e primeiro crítico severo do socialismo. (V. o magistral estudo “Les Origines du Socialisme”, *Oeuvres*, VII, pp. 185-230)

A QUARTA JUSTIÇA

Falta-nos ainda dizer uma palavra acerca do quarto aspecto da virtude, aquele que podemos chamar de “vindicativo” ou de “punitivo”. Em rigorosa lógica e coerente Filosofia, devemos considerá-lo como modalidade, ou contra-aplicação, da Justiça Distributiva.

Está-se vendo que ela manda castigar os violadores, os criminosos de diverso tom e gravidade. O delito é pesado gravame à verdadeira consciência democrática, ao sagrado senso de justiça, ínsito no coração do homem, que clama pela reparação. Pela restauração do equilíbrio. Pela extirpação da nódoa.

Escusado dizer que aí reina, soez, a impunidade para os ricos, os poderosos, os bem relacionados, os “cartolas”, os “colarinhos brancos”, os depenadores do Tesouro, os negociastas de todos os mares. E isto é pior, mais gritante num país como o nosso, em que os aventureiros quase sempre se tornam venturosos possuidores de larga fazenda, sem que dela possam explicar

a origem. Fazem ouvidos moucos à velha indagação da sabedoria popular - “Quem cabritos vende e cabras não tem, donde lhe vêm?”.

Torno ao meu Padre Antônio Vieira:

Navegava Alexandre [Magno] em ùa poderosa armada pelo mar Eritreu a conquistar a Índia; e, como fosse trazido à sua presença um pirata que por ali andava roubando os pescadores, repreendeu-o muito Alexandre de andar em tão mau ofício. Porém ele, que não era medroso nem lerdo, respondeu assim: “Basta, senhor, que eu, porque roubo em ùa barca, sou ladrão, e vós, porque roubais em uma armada, sois Imperador?” Assim é. O roubar pouco é culpa, o roubar muito é grandeza; o roubar com pouco poder faz os piratas, o roubar com muito, os Alexandres. (*Sermões*, III, p. 326.)

O SANGUE ARTERIAL

Muito incompletas ficariam estas desalinhas “considerações”, se eu não fizesse menção de outro componente essencial da verdadeira democracia, aquilo que se lhe pudera chamar “cimento”, ou, muito melhor, “sangue”. Sangue, porque atravessa, perpassa todo o organismo social, vitalizando-o, dando-lhe cores de boa saúde. Trata-se da *amizade cívica*.

Se eu me quisesse valer do queirosiano Conselheiro Acácio, ele me diria pronto que a *amizade* se enquadra no amor. Amor recíproco, multiplicado, circular.

Mas... que é o amor? Aqui, sinto divergir de muita gente boa, mas tenho de sustentar que o amor é ato da vontade. Não do sentimento, como tantos pensam, convictos, sem atentar em que o sentir não depende de nós, varia da manhã para a tarde, é inconstante como as ondas ou, ao menos, como a lua.

Amar é “*querer* o bem de...”, e neste ponto a língua portuguesa é mais filosófica do que outras, tanto é verdade que sinonimiza *amar* e *querer bem*. Ora, a faculdade que “quer” é a vontade.

A mesma boa Filosofia, no entanto, nos previne sobre a existência de dois amores, antagônicos, contraditórios um do outro. Existe *amor de concupiscência* e *amor de benevolência*.

O primeiro é amor de si mesmo, e tudo ou todos que aparentemente sejam objeto de dileção – na realidade não passam de instrumentos de auto-estima. Conforme o ímpeto e conforme o tipo psicológico do “amante”, extroverso ou introverso, podem abundar ou rarefazer-se os engodos, os “fingimentos de amor”. E são tantos os homens e mulheres que se deixam embair, que caem nas armadilhas...

O amor de *benevolência*, como o nome diz, é o que quer o bem do outro. O *verdadeiro* bem, porque, se ele é alto e nobre, deve também ser lúcido. Claro que efetivamente não amaria o filho a mãe que, para não magoá-lo ou contrariá-lo, deixasse de ministrar-lhe os remédios prescritos, ainda que fosse uma injeção muito dolorosa. Seria falso amor, amor puramente sentimental.

Busquei o singelo exemplo mui de propósito para repelir a idéia da identificação amor: sentimento. É claro que, dada a unidade radical do composto humano, a uma inclinação da vontade deve corresponder uma ressonância sentimental coerente. Mas nem sempre as coisas se passam assim, porque, embora uno, o homem é um ser dilacerado.

Quando Cristo peremptoriamente nos manda amar os inimigos, fazer bem aos que nos perseguem, estar prontos a vir em socorro dos que nos caluniam – é obvio que não nos está mandando *sentir* ternura por esses homens. Está ordenando, sim, que lhes *queiramos bem*. Com a vontade. Porque esta depende de nós, ao passo que o sentimento não.

A simpatia se converte fácil em antipatia, o fervor em indiferença. Se o maior dos mandamentos é “amar a Deus sobre todas as coisas”, isto não quer dizer que sejamos obrigados a *sentir afeição* por Ele, mas a ter a vontade voltada para Ele, sempre empenhada em servi-Lo. “Quem me ama, disse Jesus, observa os meus mandamentos”(cf. *Jô*, 14, 21).

Até prescindindo da ordem sobrenatural, temos obrigação de amar nossos semelhantes, isto é, de *querer-lhes bem*, de efetivamente contribuir para o êxito de seus legítimos empreendimentos, de socorrê-los nas aflições e nas necessidades. E por quê? Exatamente porque são nossos semelhantes, habitantes da mesma cidade terrestre, da mesma *polis*, da mesma *ciuitas*, da mesma sociedade politicamente organizada. Por isso, amizade *cívica*.

“Nous sommes embarqués”, lembrava Pascal. Transpondo este “pensamento”, direique, por estarmos no mesmo barco, nosso destino é comum. Necessariamente temos de nos entreatuar. O feliz desfecho da viagem depende absolutamente disso. Amizade, amor recíproco, correspondido, ativo. Confiança do homem no homem. Certeza de que o barbeiro que nos escanhoa o pescoço não se vai aproveitar da privilegiada situação para nos seccionar a carótida. Exatamente o contrário do que, torvo, imaginava Hobbes com seu *homo homini lupus*. Não há dúvida que das nossas entranhas perversas nasce a tendência de cada um ser lobo para o outro. Mas podemos e devemos soffrear e reprimir esses instintos bestiais. Sem apelar para o controle do “deus mortal”, sem sacrificar ao Leviatã.

CONCLUSÃO

A verdadeira democracia, *regime difícil e tenso*, receita e exige a boa convivência. Que na sociedade de *homens livres* se atenda ao direito de todos e de cada um, que impere a Justiça, que todos respirem desafogados, que ninguém tema ser esbulhado, certo de que “ainda há juízes em Berlim”. E tal sociedade de homens livres, ideal nunca totalmente realizado, mas *nunca abandonado*, sempre perseguido sem desfalecimentos, tal sociedade terá por soldura entre seus membros, livres e ativos, a amizade cívica. Amorosa cultivará o amor, e prosperará crispada o ódio.

Para fechar bem, tomo a Boileau, fora de sua intenção (que não pensava nisto), tomo ao famoso poeta o que chamarei de “breviário do democrata perfeito”:

Concluons qu'ici bas le seul honneur solide
C'est de prendre toujours la verité pour guide,
De regarder en tout la raison et la loi;
D'être doux pour tout autre et rigoureux pour soi;
D'accomplir tout le bien que le ciel nous inspire;
Et d'être juste en fin: ce mot seul veut tout dire.

(Excertos do opúsculo *Considerações Sobre Democracia*,
Rio de Janeiro, Presença, 1986, pp. 22-23 e 36-43.)

MARITAIN E A FÉ NA DEMOCRACIA.

(1946)

1. Num dos livros mais poderosos que tenho lido e que mais profunda mossa me tem causado no espírito - *Ascensão e Decadência da Burguesia*, de Emmet John Hughes, posto em vernáculo por Cipriano Amoroso Costa, - nesse livro-monumento se faz esta observação justíssima:

Em meio à desintegração e ao colapso da sociedade liberal burguesa, em face das forças avassaladoras do fascismo, a mais grave ameaça ao que há de melhor na tradição cultural e política do Ocidente é o possível enredo da fé democrática na catástrofe liberal. A necessidade mais imediata e premente é que a fé na democracia, longe de ser assim deturpada e desarticulada, venha a receber o influxo de uma nova e perseverante energia.

(*Ascensão e Decadência da Burguesia*, Livraria Agir Editora, 1945,
p. 338).